



Índice

- 01** [Mimetismos](#)
- 02** [MPF/RO apoia iniciativa sustentável do povo indígena Suruí](#)
- 03** [Distrito Sanitário Indígena do Leste de Roraima realiza a sua terceira Conferência Distrital](#)
- 04** [Carta de apoio dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSCar aos povos indígenas do sul da Bahia](#)
- 05** [Ciganos: discriminados e invisíveis](#)
- 06** [Indígena Terena é baleado por fazendeiro durante protesto](#)
- 07** [Debate na internet vai discutir PEC 215 e outros ataques aos direitos indígenas nesta sexta \(20/9\)](#)
- 08** [Governo e Norte Energia voltam a adiar cumprimento de condicionantes de Belo Monte](#)
- 09** [Vídeo critica discurso ruralista em meio à ofensiva contra demarcação de terras indígenas](#)
- 10** [Justiça determina socorro para saúde de índios Cinta Larga em Mato Grosso](#)
- 11** [Mandante do assassinato de Dorothy Stang é condenado a 30 anos de prisão](#)



Mimetismos

SÍTIO Folha de São Paulo, 20.09.2013

Os ruralistas, que representam um setor atrasado do agronegócio, tomam o controle de mais um espaço legislativo: a Comissão Especial da PEC 215, que transfere ao Congresso a demarcação de terras indígenas. Mais poder para quem já dirige as comissões de Agricultura, Desenvolvimento Urbano, Fiscalização Financeira, Integração Regional e Amazônia, além de ter presença e força nas outras. Vai, assim, o grupo mais ativo do Congresso fincando estacas em cada espaço e moldando a legislação aos seus interesses.

Na luta contra a ditadura, o Brasil projetou um futuro com justiça social que superasse a era Casa-Grande e Senzala. A Constituição de 1988 firmou princípios avançados: direito ao ambiente saudável, função social da propriedade, diversidade étnica e cultural. Estas seriam bases de novas políticas públicas numa nova relação entre povo e Estado.

Acuadas com a democracia nascente e a mudança da sociedade, as oligarquias encastelaram-se na política num movimento de obstrução: impediam ou atrasavam a regulamentação que levaria à legislação infraconstitucional as conquistas da lei maior.

Superando essa resistência, nasceram novas leis ambientais, unidades de conservação, quilombos, terras indígenas, assentamentos agrícolas e diversos modos de reforma agrária. Esse avanço lento, porém contínuo, foi possível pela mobilização popular e a contribuição de um partido político moldado na luta social, o PT.

Um velho ditado manda unir-se ao inimigo que não se pode vencer. A estratégia das oligarquias mudou, para eleger uma bancada cada vez maior e assumir o controle das comissões de temas sensíveis aos seus negócios, planejando não só deter o avanço socioambiental em novas leis, mas um retrocesso no que havia sido criado. Cresceram sem evoluir: combatem direitos que também os protegem. Sem biodiversidade não há produtividade, sem paz no campo e na floresta não há segurança para os investimentos.

Esse é um desejo de regressão de quem não aceita limites, num mundo em crise que requer formas sustentáveis de desenvolvimento. Seria derrotado, mesmo com sua força econômica, mas achou apoio na fraqueza política que nasceu onde menos se esperava.

Sim, o PT mudou. Antes reivindicava poder para o povo e suas causas, agora vê nelas obstáculo para seu próprio poder. Dependente do combustível do poder, adaptou-se ao que antes combatia. Nesse obscuro tempo de pragmatismo, a Constituição é derrubada com uma "forcinha" de alguns dos que ajudaram a edificá-la.

O camaleão mimetiza-se no ambiente, para sobreviver. Acordos furta-cores também dão sobrevida a incertas pretensões políticas. Mas, com o uso, o disfarce vira pele, e é visto por 400 milhões de olhos.



MPF/RO apoia iniciativa sustentável do povo indígena Suruí

SÍTIO MPF, 20.09.2013

Sustentabilidade e preservação garantem aos suruí venda de créditos de carbono

O procurador da República Guilherme Rocha Göpfert esteve presente no evento que marcou a primeira venda de crédito de carbono do povo indígena Suruí. A iniciativa sustentável tem o apoio do Ministério Público Federal em Rondônia (MPF/RO), além de outros órgãos e entidades. Até o momento, os suruí conseguiram a possibilidade de comercializar 250 toneladas de carbono. No último dia 10, em Cacoal, os indígenas venderam para a empresa de cosméticos Natura o total de 120 toneladas.

A manutenção da floresta em pé, pelos suruí, representa a não liberação de um grande estoque de gás carbônico que poderia estar poluindo a atmosfera, caso ela fosse queimada. O total de 250 toneladas de carbono é referente ao período de 2009 a 2012. Os suruí têm ainda 130 toneladas que podem ser negociadas com outras empresas, em igual situação. Até o fim do projeto, daqui a 20 anos, os indígenas pretendem comercializar um total de sete milhões de toneladas de carbono.

“Com a venda de crédito de CO2 é possível evitar a poluição da atmosfera, preservar o meio ambiente e ainda lucrar com a chamada economia verde. O MPF apoia iniciativas como esta, ecologicamente sustentáveis e viáveis, principalmente para os povos indígenas da Amazônia”, afirmou o procurador.

O ato da venda reuniu, na Câmara Municipal de Cacoal, o representante do MPF/RO; o governador de Rondônia, Confúcio Moura; a representante da Natura, Talia Bonfante; além de lideranças indígenas, empresários e outros convidados.

Segundo Almir Suruí, “somos o primeiro povo indígena do mundo a fazer este tipo de negociação da forma correta, respeitando a natureza, as regras jurídicas, sociais e políticas. Esta é uma grande conquista para nós. Tivemos o apoio do Ministério Público Federal, Funai e outros órgãos, que acompanharam toda a trajetória do projeto, participando ativamente”.



Distrito Sanitário Indígena do Leste de Roraima realiza a sua terceira Conferência Distrital

SÍTIO FUNAI, 20.09.2013

Está confirmada a realização da etapa distrital da Quinta Conferência Nacional de Saúde Indígena do Distrito Sanitário Indígena do Leste de Roraima nos dias 24 a 26 de setembro em Boa Vista. Esta é a terceira Conferência Distrital realizada no DSEI Leste de Roraima, sendo que as outras duas foram realizadas nos anos de 2001 e 2005. O tema desta conferência será "Subsistema de Saúde Indígena: Direito, Acesso, Diversidade e Atenção Diferenciada".

A história da Política Nacional de Saúde Indígena está diretamente ligada à realização das conferências. Em 1987 foi realizada a primeira conferência específica de Saúde Indígena, quando foi aprovada a proposta de criação de um subsistema diferenciado de atenção à saúde indígena (SASI-SUS). Na segunda conferência em 1993, por iniciativa das organizações indígenas foi aprovado o modelo assistencial baseado nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). Na terceira conferência em 2001 foi aprovada a proposta de regularização profissional dos Agentes Indígenas de Saúde (AIS). Na quarta conferência em 2006 o movimento indígena apresentou a proposta de criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), que foi derrotada no plenário devido à forte manipulação promovida pela Funasa, mas acabou sendo depois implementada pelo governo.

A convocação da Quinta Conferência Nacional de Saúde Indígena pelo Ministério da Saúde somente aconteceu no final de 2012 devido à forte pressão do movimento indígena, provocada pela crise interminável que atravessa a assistência à saúde das populações indígenas e a morosidade do governo federal em promover a implementação efetiva das diretrizes da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena. Mais uma vez as organizações indígenas estão reivindicando e exigindo uma verdadeira autonomia administrativa dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, a retomada do processo de formação e regularização profissional dos Agentes Indígenas de Saúde e demais profissionais indígenas, e o fortalecimento da gestão participativa através de um autêntico controle social e da democratização e descentralização das decisões.

O DSEI Leste de Roraima foi pioneiro no estabelecimento das parcerias entre organizações indígenas e o governo federal, através de um modelo de Autogestão da Saúde Indígena implementado entre os anos de 1996 e 2009, de acordo com as assertivas da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e da Organização Mundial da Saúde. Também foi o primeiro distrito a promover a certificação em grande escala dos Agentes Indígenas de Saúde (AIS) no ano de 2007, através de uma parceria com a Escola Técnica de Saúde do SUS (ETSUS) que envolveu uma turma de 374 AIS provenientes de todas as regiões e etnias do distrito, após a conclusão dos seis módulos do Programa de Educação Profissional Básica para AIS com uma carga horária de mais de mil horas de formação.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 171 / 2013

Brasília, 20 de setembro de 2013.

Os povos indígenas de Roraima esperam que esta conferência represente mais um passo na caminhada em busca da Atenção Diferenciada na Saúde Indígena, respondendo aos legítimos anseios e direitos dos povos indígenas consagrados na Constituição Brasileira e nos diversos documentos aprovados por órgãos internacionais.



Carta de apoio dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSCar aos povos indígenas do sul da Bahia
SÍTIO RACISMO AMBIENTAL.NET, 20.09.2013

Os alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSCar manifestam seu apoio aos povos indígenas do Sul e extremo Sul da Bahia, que estão sendo violentamente ameaçados, como nos mostra o grave episódio envolvendo professores do Instituto Federal da Bahia no último dia 05 de setembro.

Consideramos imprescindível a atuação do governo federal no sentido de conter as manifestações por parte de fazendeiros e moradores, contrárias aos povos indígenas da região, e pedimos a garantia da publicação da Portaria Declaratória das terras Tupinambá que já passaram por processo de identificação e delimitação.

A situação de violência contra povos indígenas não é recente e é responsável por dezenas de mortos, todos os anos, em todo o território nacional. A Constituição Federal garante aos povos indígenas o direito ao território, direito esse que vem passando por contestações recentes, como por exemplo o PEC 215, que implicam questões muito sérias a estes povos.

Sabe-se que a produção e reprodução dos modos de vida, da cultura, e a garantia de qualidade de vida e saúde dos povos indígenas estão intrinsecamente relacionadas à terra e ao território, que guardam não só as condições e insumos necessários para suas vidas, mas também suas memórias.

Relato do professor Edson Kayapó:

“Um crime absurdo!

Mais um carro (oficial) incendiado e professores e motorista da Licenciatura Intercultural Indígena do IFBA ameaçados.

Foi hoje [5/9], por volta das 11h, um grupo de quatro capangas interceptaram o carro do IFBA, em São José da Vitória, nas proximidades de Buerarema. Eu estava com os professores João Veridiano (Antropólogo), a professora Julia Rosa (História Indígena) e o motorista. Tínhamos concluído atividades da LINTER em Olivença e estávamos a caminho de Pau Brasil, onde teríamos atividades na aldeia Caramuru (Pataxó Hã Hã Hae). Os capangas pararam o carro e disseram: ‘tem um índio no carro’ e, em seguidas, fomos violentamente expulsos do carro e o veículo foi levado por eles.

CONT.



Fui orientado pelos colegas de trabalho a voltar de táxi para Itabuna, uma vez que os capangas demonstravam ódio contra índios. Foi o que eu fiz, no entanto, o taxi foi interceptado em Buerarema e lá fui espancado e ameaçado de morte por pessoas desconhecidas.

O carro do IFBA foi incendiado e jogado no meio da BR, na cidade de São José da Vitória. Os colegas de trabalho bem, estão na delegacia da cidade e eu, nem sei onde estou... Escondido? De que mesmo? Não cometi nenhum crime.

A violência contra nossos povos não recua e toma proporções alarmantes.

As autoridades pouco esforços mobilizam contra esse estado de coisas”.



Ciganos: discriminados e invisíveis

SÍTIO BLOG DA RAQUEL ROLNIK, 20.09.2013

Como relatora da ONU para o direito à moradia, sempre recebo denúncias relativas à precária situação dos ciganos no mundo, particularmente na Europa. De origem provavelmente indiana e conhecidos no continente europeu como "roma", os ciganos são historicamente discriminados e marginalizados. Sua condição nômade, assim como a fortíssima especificidade cultural de seu modo de vida, têm marcado a inserção ambígua desse grupo nos países em que habitam ou por onde passam. Durante a Segunda Guerra Mundial, assim como judeus, comunistas e homossexuais, os ciganos foram amplamente perseguidos e assassinados.

Aqui no Brasil temos uma população cigana considerável. De acordo com o último censo do IBGE, são mais de 800 mil ciganos no país. A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), de 2010, afirma que temos ciganos em 291 cidades de todas as regiões do país. Contudo, em apenas 10% destes municípios existem áreas públicas para acampamentos ciganos.

Na Europa, por razões históricas que não temos como comentar aqui, a população cigana se concentra especialmente nos países do Leste, porém, com a União Europeia e a consequente maior facilidade de circulação, muitos migraram para países como a França, a Itália, e, mais recentemente, o Reino Unido. Essa inserção no continente europeu é mal resolvida, ambígua e difícil em toda parte, com honrosas exceções de algumas cidades, principalmente na Espanha. Em 2010, por exemplo, o então presidente francês Nicolas Sarkozy implementou uma política de expulsão em massa de ciganos do país. E eu mesma já visitei assentamentos ciganos na Itália e na Croácia em condições bastante precárias.

Além dos ciganos "roma", no Reino Unido, outros grupos nômades – como os travellers e gypsies, que não estão relacionados etnicamente aos roma – também enfrentam dificuldades de se estabelecerem no território de maneira que seus direitos e suas culturas sejam respeitados.

Em 2005, vários governos europeus se articularam numa iniciativa chamada "Década de Inclusão dos Ciganos" (Decade of Roma Inclusion – 2005-2015), que tem como objetivo buscar eliminar a discriminação contra os ciganos e construir compromissos entre os estados para o enfrentamento de questões nas áreas de educação, emprego, saúde e habitação junto a essa população. Ainda assim, aparentemente, os avanços são tímidos. No Brasil, os ciganos continuam totalmente invisíveis – exceto quando aparecem de forma caricata em novelas – e políticas públicas para essa população parecem ainda não existir.



Indígena Terena é baleado por fazendeiro durante protesto

SÍTIO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 20.09.2013

O indígena Terena Abraão Pereira, de cerca de 50 anos, foi baleado por um fazendeiro na manhã desta quinta-feira, 19. Ele participava de um protesto em defesa da saúde indígena, realizado na rodovia BR-262, no município de Miranda (MS), região do Pantanal. Abraão foi atingido na perna e foi hospitalizado.

Por volta das 7 da manhã, cerca de mil indígenas da região trancaram a rodovia que liga Campo Grande (MS) a Corumbá (MS), na fronteira com a Bolívia, reivindicando a pauta dos indígenas que ocuparam na quarta-feira o Distrito Sanitário Especial Indígena do Mato Grosso do Sul (DSEI-MS): a saída do atual coordenador do órgão, Nelson Carmelo.

Foi então que, segundo relato dos indígenas, um fazendeiro, furioso com o bloqueio da rodovia, atacou Pereira. "Nessa hora o Abraão estava sozinho, longe do movimento", relata um indígena que presenciou o ataque. O proprietário rural, então, atirou três vezes contra o indígena, acertando-o na perna. "Ele gritou pra gente: 'vocês tão me atrapalhando', e logo foi pra cima de quem estava sozinho. Abraão foi hospitalizado e passa bem, segundo familiares.

Os Terena convocaram uma coletiva de imprensa em Campo Grande, às 13h, na sede do DSEI, para tratar do caso e exigir a prisão do autor dos disparos. "Isso é inaceitável. E nós não vamos liberar a estrada enquanto esse homem não for preso", conclui.



Boletim de Notícias - Edição nº 171 / 2013

Brasília, 20 de setembro de 2013.

Debate na internet vai discutir PEC 215 e outros ataques aos direitos indígenas nesta sexta (20/9)

SÍTIO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 20.09.2013

A Pós-TV vai promover, nesta sexta (20/9), às 16h, um debate sobre os principais projetos e medidas que atentam contra os direitos indígenas, como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 227, entre outros.

A PEC tira do Executivo e transfere ao Congresso a prerrogativa de aprovar as demarcações de Terras Indígenas (TIs). Na prática, significará a paralisação das demarcações. Já o PLP 227 abre essas áreas à exploração econômica do agronegócio, empresas de energia e mineração, entre outros.

Participarão da discussão Márcio Santilli, sócio fundador do ISA e ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai); Kléber Karipuna, membro da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib); Márcio Astrini, coordenador da Campanha Amazônia do Greenpeace; e o deputado Ivan Valente (PSOL-SP).

Também será discutida a conjuntura política dos ataques aos direitos dos povos indígenas, incluindo a composição e força da atual bancada ruralista, a posição do governo e atual situação do processo de demarcação de terras indígenas.

A Pós-TV pode ser assistida no seguinte link: <http://canalpostv.blogspot.com.br/>



Governo e Norte Energia voltam a adiar cumprimento de condicionantes de Belo Monte

SÍTIO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 19.09.2013

Presidenta da Funai promete retirada completa de ocupantes não índios da Terra Indígena (TI) Apyterewa, no leste do Pará, para abril de 2014. Medida foi definida como condicionante de licença de hidrelétrica e deveria ter sido atendida em 2010

A presidenta da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati, prometeu, na terça (17/9), que a retirada completa de ocupantes não índios da Terra Indígena (TI) Apyterewa, no leste do Pará, será feita em abril de 2014. Ela fez o anúncio durante reunião com 30 índios Parakanã e Juruna, em Brasília.

O encontro foi agendado depois que os índios bloquearam a entrada de um dos canteiros de obras da hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira (PA). O grupo composto por membros das duas etnias chegou na madrugada de segunda-feira (16/9) e impediu a entrada dos trabalhadores. O acesso só foi liberado depois que a reunião foi confirmada.

As principais reivindicações dos índios são a desintrusão da TI Apyterewa, do povo Parakanã; a redefinição dos limites da TI Paquicamba e a garantia de acesso da comunidade Juruna, moradora da área, ao reservatório da barragem. Todas as demandas são compensações pelos impactos da usina, definidas como condicionantes para sua licença ambiental. O governo federal é responsável pelas duas primeiras e a Norte Energia, empreendedora de Belo Monte, pela terceira. Todas deveriam ter sido atendidas ainda em 2010. Por isso, os indígenas fizeram o protesto.

Lideranças Parakanã afirmam que a desocupação dos não índios da TI Apyterewa está paralisada. De acordo com elas, a Funai não cumpriu outra promessa feita neste ano. "Em junho, os Parakanã foram a Brasília e a presidente da Funai prometeu fazer desintrusão até o fim de setembro", conta a Temekwareyma Parakanã. "Por enquanto, vamos cobrar o cumprimento dessa [nova] promessa [de desocupação em abril]", afirmou, depois da reunião.

Maria Augusta Assirati diz que o processo corre normalmente e está atrasado por causa de ações judiciais. "Tivemos várias intercorrências, inclusive com ações judiciais, que envolveram a atuação do Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária], com o reassentamento do público de reforma agrária que está dentro da área; ações judiciais contra o próprio procedimento", justificou. Segundo a assessoria da Funai, o órgão está finalizando a análise de cerca de 300 recursos administrativos relacionados à regularização da área. Isso também teria atrasado a desintrusão.

CONT.



Ainda segundo técnicos do órgão indigenista, a TI chegou a ter mais de 1,1 famílias de não indígenas, mas mais da metade já teria saído da área. Foram indenizadas 140 famílias por benfeitorias feitas de boa fé, ou seja, construídas sem o conhecimento da ocupação indígena. De acordo com as informações, restam 124 famílias na mesma situação. Maria Augusta informou que, em outubro, será instalada na região uma nova comissão para indenizá-las. A Funai já gastou R\$ 3,8 milhões em indenizações e estima gastar em torno de R\$ 3,7 milhões.

De acordo com a Constituição Federal, ocupantes não índios de TIs só podem ser indenizados por benfeitorias de boa fé e eventuais títulos incidentes nessas áreas são considerados inválidos.

Das 1,1 mil famílias de não índios, 386 foram enquadradas como público da reforma agrária e têm direito a serem reassentadas em uma área já definida pelo Incra. De acordo com a Funai, os ocupantes que se negarem a sair até abril serão retirados pela polícia.

Além de Maria Augusta Assirati e dos índios, participaram da reunião o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a diretora de Relações Institucionais da Norte Energia, Clarice Coppetti, e representantes do Incra.

TI Paquçamba

Quanto às demandas dos Juruna, a presidenta da Funai disse que o órgão deve terminar de analisar as contestações ao processo de redefinição da TI Paquçamba em meados de outubro e, na sequência, vai enviar ao Ministério da Justiça para publicação da Portaria Declaratória.

O acertado na reunião é que será realizado um encontro entre representantes do governo e da Norte Energia, na semana que vem, e outra reunião, na segunda semana de outubro, já com a presença dos índios, na região, para que a empresa e o governo federal apresentem soluções para garantir o acesso dos índios ao reservatório.

Com a redução de até 80% da vazão do Rio Xingu depois da barragem, os Juruna perderão sua principal via de transporte até Altamira. Seu acesso fluvial à cidade está hoje limitado a um mecanismo de transposição de embarcações operado pela empresa (veja o mapa).

"Nós teremos o acesso ao reservatório", disse Giliard Juruna, após a reunião. Ele estava com um documento assinado por representantes da Norte Energia comprometendo-se a estudar soluções para o problema.

A Norte Energia afirma que a ampliação da TI Paquçamba não é de sua responsabilidade, mas da Funai. Na saída da reunião, Clarice Coppetti insistiu no argumento.

CONT.



"Todos os estudos serão feitos, todas as análises serão levadas ao órgão licenciador, ao Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente]", respondeu Coppetti, quando questionada sobre a possibilidade da compra da área que permitiria o acesso ao reservatório no caso dela não ser considerada de ocupação tradicional indígena. "Não há uma decisão [tomada] hoje, aqui. Neste momento, o que temos são estudos sendo realizados."

Em 2012, a Norte Energia atendeu a reivindicação dos Juruna e construiu uma estrada, de cerca de 70 km, que liga a TI Paquçamba à rodovia Transamazônica, como uma alternativa de acesso à Altamira e Vitória do Xingu, onde se concentra a oferta de serviços públicos, em especial o atendimento de saúde.

Como a via passa pela área que futuramente será o canal de derivação do Rio Xingu, os índios reivindicam da empresa a construção de uma ponte nesse ponto. Sem essa obra, a distância entre a TI e Altamira será mais que duplicada, dificultando e encarecendo ainda mais o transporte para as comunidades.

"É inacreditável que, em setembro de 2013, o governo federal e a Norte Energia digam que vão estudar possibilidades para cumprir uma condicionante que deveria ter sido atendida ainda em 2010", critica a advogada Biviany Rojas, do ISA.

"Espanta a naturalidade com que é encarada a inadimplência do Poder Público e da empresa com relação ao cumprimento das condições estabelecidas no licenciamento para viabilizar a instalação da usina".
belo monte



Vídeo critica discurso ruralista em meio à ofensiva contra demarcação de terras indígenas

SÍTIO AMAZÔNIA, 20.09.2013

Curta disponível na internet rebate teses sobre a produtividade de latifúndios e lembra: 70% dos alimentos e 75% dos empregos no campo vêm da agricultura familiar, em pequenas propriedades

Um vídeo que circula na internet desde a última quarta-feira (18) tenta contra-argumentar as teses que defendem a manutenção da estrutura fundiária brasileira, em meio aos debates acerca da Proposta de Emenda Constitucional 215 (PEC 215). O Brasil é um dos países que apresenta maior concentração de terras em todo o mundo.

Conhecido por PEC 215, o projeto conta com apoio irrestrito dos deputados ligados à Frente Parlamentar da Agropecuária, também conhecida como bancada ruralista, e prevê que as ações de demarcação de terras indígenas passem a ser realizadas pelo Poder Legislativo, em vez do Executivo, a quem hoje cabe a tarefa.

Ao contrapor dados e informações sobre a situação agrária no país, o vídeo sugere a latifundiários e grandes proprietários de terras: "Baixa a bola, ruralista. Você não nos alimenta, você não nos representa!".

Enquanto, de um lado, entusiastas do agronegócio brasileiro defendem a importância da matriz econômica primária para a economia brasileira, o curta lembra, por outro, que, de acordo com a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), as pequenas propriedades produzem cerca de 70% dos alimentos consumidos no país.

No decorrer das cenas, somam-se ainda mais argumentos. Pelo menos 75% dos empregos no campo estão em trabalhos desenvolvidos por minifúndios de agricultura familiar, em uma porção que ocupa apenas 30% das terras agricultáveis no Brasil.

O vídeo não só destaca a maior produtividade e geração de renda das pequenas propriedades como também os esforços desempenhados por pequenos produtores e os danos causados por latifundiários.

Segundo o curta, ao mesmo tempo que o agronegócio recebeu R\$ 107,2 bilhões do Plano Safra 2011/2012, do Governo Federal, apenas R\$ 16 bilhões foram destinados à agricultura familiar.

Além disso, o vídeo reforça a noção de que latifúndios monocultores ou produtores extensivos de gado estão entre os maiores infratores de direitos humanos, trabalhistas e ambientais no Brasil. Na "lista suja" do trabalho escravo, a criação de bovinos é a atividade econômica campeã na quantidade de nomes inseridos.



Justiça determina socorro para saúde de índios Cinta Larga em Mato Grosso

SÍTIO GLOBO.COM, 20.09.2013

Pedido do Ministério Público Federal em favor dos índios foi feito em 2005.

Ameaçada desde os anos 60, população da etnia hoje não chega a 2 mil.

A Justiça Federal decretou nesta sexta-feira (20) que seja oferecido assistência em saúde, com urgência, aos índios da etnia Cinta Larga em Mato Grosso. O juiz Ilan Presser, substituto da 1ª Vara Federal, atendeu a pedido formulado no ano de 2005 pelo Ministério Público Federal (MPF) diante das crescentes ameaças à população por conta do contato e doenças próprias do homem branco e devido ao abandono do povo indígena por parte da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

A determinação do juiz em caráter liminar é para que a Funasa designe em até 30 dias uma equipe multidisciplinar para prestar auxílio à saúde da população Cinta Larga no território demarcado, sob pena diária de R\$ 10 mil caso a instituição descumpra o decreto.

O povo Cinta Larga se autodenomina "Matetamãe" e, de acordo com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai, ligada ao Ministério da Saúde), vivem entre os territórios de Mato Grosso e Rondônia.

saiba mais

'É meu presente', diz mãe adotiva de menino indígena com Down em MT
Índios cinta larga estão passando privações, diz procurador federal

A última contagem da população, em 2012, apontou a existência de apenas 1.757 índios desta etnia, que, "por contato com regiões antropizadas", segundo o MPF, "desde a década de 60 vem sofrendo com uma série de doenças advindas das relações estabelecidas com a sociedade envolvente, o que tem contribuído significativamente para a proliferação de doenças e o decréscimo populacional do grupo".

Etnia em risco

Em abril, Reginaldo Trindade, procurador da República em Rondônia, denunciou que a situação dos Cinta Larga naquele estado também inspirava preocupação. No caso, as tribos estariam ameaçadas pelo avanço de garimpeiros em suas terras, fator que também já provocou redução significativa da população da etnia no território mato-grossense.

CONT.



Na ação civil pública em Mato Grosso, o MPF, por sua vez, enfatizou não restar dúvidas “da precariedade das ações e serviços prestados pelo Estado, especialmente em face da elevada taxa de mortalidade infantil, da incidência de doenças de veiculação hídrica, de desnutrição etc.”

Assim como o juiz federal registrou ao fim do despacho, ficou configurada a “inércia e/ou descaso do poder público em garantir atendimento de saúde às comunidades indígenas da etnia Cinta Larga”.

“Não pode ser aceita com resignação por esse juízo a letargia da Funasa diante dos elevados índice de mortalidade, que decorrem, iniludivelmente, do dismantelamento das ações elementares de assistência básica (vacinação incompleta, não controle de endemias, precário suporte e tratamento de desnutridos, não funcionamento de referência e contra-referência de pacientes, interrupção das visitas e tratamento das equipes multidisciplinares, não fornecimento de água potável má qualidade de instalações sanitárias dentre outras)”, consignou.

Saúde indígena

Procurada, a superintendência local da Funasa - que ainda pode recorrer da decisão - informou que desde o decreto 7.336, de outubro de 2010, a atribuição de atendimento à saúde da população indígena deslocou-se para a Sesai, a qual, por sua vez, não chega a ser mencionada no despacho do magistrado. Antes da Funasa, até 1999 a saúde indígena era responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Na decisão, o magistrado não faz qualquer menção à Sesai, órgão hoje oficialmente responsável pelo trabalho. Como ele precisa se basear nos autos e nos pedidos do MPF, cabe agora à Funasa, assim que for intimada, alegar no processo que já não cabe a ela tratar do atendimento aos Cinta Larga.



Mandante do assassinato de Dorothy Stang é condenado a 30 anos de prisão

SÍTIO JORNAL DO BRASIL, 20.09.2013

A Justiça do Pará condenou, no fim desta noite dessa quinta-feira, o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, a 30 anos de prisão, inicialmente em regime fechado, pela morte da missionária Dorothy Stang, na qualidade de coautor e mandante do crime. O julgamento, o quarto realizado, após recursos dos advogados do réu, durou mais de 14 horas. A sentença foi lida pelo juiz Raimundo Moisés Alves Flexa.

Após o anúncio, amigos e integrantes de movimentos sociais que acompanharam o júri festejaram a decisão dos jurados, que por maioria dos votos, acolheram a tese acusatória sustentada pelo promotor de justiça Edson Souza, de que o fazendeiro é coautor de homicídio duplamente qualificado. O juiz também determinou na sentença que o condenado terá que arcar com o pagamento das custas do processo.

O plenário do júri permaneceu o tempo todo lotado com dezenas de pessoas, a maioria delas, ligadas a movimentos sociais, incluindo a congregação religiosa da qual a vítima integrava. Presentes também no plenário do júri dois irmãos da vítima, além do procurador federal Felício Pontes e Mery Cohen, da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos.

Dorothy Stang foi morta a tiros no município de Anapu, no sudoeste paraense, em 12 de fevereiro de 2005. De acordo com o Ministério Público, ela foi assassinada porque defendia a implantação de assentamentos para trabalhadores rurais em terras públicas que eram disputadas por fazendeiros e madeireiros da região.?

As investigações das polícias Civil e Federal na época do crime indicaram que Rayfran das Neves Sales e Clodoaldo Batista foram os autores do assassinato. Amair Feijoli Cunha, o Tato, foi apontado como intermediário. Ele foi contratado por Bida e por Regivaldo Pereira Galvão, conhecido como Taradão, que pagaram R\$ 50 mil pelo assassinato da missionária, conforme a investigação. A defesa de Bida alegou que não havia evidências suficientes que comprovasse o envolvimento do fazendeiro no caso.

Condenado a 30 anos no primeiro julgamento, em 2007, Bida teve direito a novo júri em 2008, quando foi absolvido. O segundo julgamento, no entanto, foi anulado por fraude processual. No terceiro julgamento, que durou mais de 50 dias, Bida voltou a ser condenado, mas os advogados conseguiram a anulação alegando cerceamento de defesa.

Na ocasião, o fazendeiro foi a júri representado por um defensor público, que admitiu posteriormente não ter tido acesso a todo o processo, o que foi usado pela defesa posterior de Bida para pedir a anulação do julgamento.



Boletim de Notícias - Edição nº 171 / 2013

Brasília, 20 de setembro de 2013.

NOTÍCIA

SÍTIO XXXXXX, 00.00.2013



Boletim de Notícias - Edição nº 171 / 2013

Brasília, 20 de setembro de 2013.

NOTÍCIA

SÍTIO XXXXXX, 00.00.2013



Boletim de Notícias - Edição nº 171 / 2013

Brasília, 20 de setembro de 2013.

NOTÍCIA

SÍTIO XXXXXX, 00.00.2013



Boletim de Notícias - Edição nº 171 / 2013

Brasília, 20 de setembro de 2013.

NOTÍCIA

SÍTIO XXXXXX, 00.00.2013



Boletim de Notícias - Edição nº 171 / 2013

Brasília, 20 de setembro de 2013.

NOTÍCIA

SÍTIO XXXXXX, 00.00.2013



Boletim de Notícias - Edição nº 171 / 2013

Brasília, 20 de setembro de 2013.

NOTÍCIA

SÍTIO XXXXXX, 00.00.2013



Boletim de Notícias - Edição nº 171 / 2013

Brasília, 20 de setembro de 2013.

NOTÍCIA

SÍTIO XXXXXX, 00.00.2013



Boletim de Notícias - Edição nº 171 / 2013

Brasília, 20 de setembro de 2013.

NOTÍCIA

SÍTIO XXXXXX, 00.00.2013



Boletim de Notícias - Edição nº 171 / 2013

Brasília, 20 de setembro de 2013.

NOTÍCIA

SÍTIO XXXXXX, 00.00.2013



Boletim de Notícias - Edição nº 171 / 2013

Brasília, 20 de setembro de 2013.

NOTÍCIA

SÍTIO XXXXXX, 00.00.2013



Boletim de Notícias - Edição nº 171 / 2013

Brasília, 20 de setembro de 2013.

NOTÍCIA

SÍTIO XXXXXX, 00.00.2013



Boletim de Notícias - Edição nº 171 / 2013

Brasília, 20 de setembro de 2013.

NOTÍCIA

SÍTIO XXXXXX, 00.00.2013



Boletim de Notícias - Edição nº 171 / 2013

Brasília, 20 de setembro de 2013.

NOTÍCIA

SÍTIO XXXXXX, 00.00.2013



Boletim de Notícias - Edição nº 171 / 2013

Brasília, 20 de setembro de 2013.

NOTÍCIA

SÍTIO XXXXXX, 00.00.2013



Boletim de Notícias - Edição nº 171 / 2013

Brasília, 20 de setembro de 2013.

NOTÍCIA

SÍTIO XXXXXX, 00.00.2013



Boletim de Notícias - Edição nº 171 / 2013

Brasília, 20 de setembro de 2013.

NOTÍCIA

SÍTIO XXXXXX, 00.00.2013



Boletim de Notícias - Edição nº 171 / 2013

Brasília, 20 de setembro de 2013.

NOTÍCIA

SÍTIO XXXXXX, 00.00.2013



Boletim de Notícias - Edição nº 171 / 2013

Brasília, 20 de setembro de 2013.

NOTÍCIA 29

SÍTIO XXXXXX, 00.00.2013



Boletim de Notícias - Edição nº 171 / 2013

Brasília, 20 de setembro de 2013.

NOTÍCIA 30

SÍTIO XXXXXX, 00.00.2013